

## A TEORIA/TEOLOGIA DA HISTÓRIA DE SANTO AGOSTINHO

Marcos Roberto Pirateli<sup>1</sup>

**Resumo:** Em fins do império romano e classificado no auge da era dos Padres da Igreja está Santo Agostinho, bispo de Hipona, teólogo e filósofo do cristianismo que se consolidou como figura definitiva na história do pensamento humano, pois o seu pensamento ao compor corpo doutrinal tornou-se fundamento para o estabelecimento da era cristã. No bojo do seu pensamento podemos identificar uma crítica à história da humanidade, que objetivava compreender sua dinâmica. Sua filosofia da história não poderia resultar numa outra coisa senão numa teologia da história, segundo a qual estabeleceu a idéia de uma história fundamentada na relação de “duas cidades”, duas ordens: o povo de Deus (cidade celeste) e os ímpios (cidade terrestre).

**Palavras-chave:** Santo Agostinho; Teologia da História; Cristianismo; A Cidade de Deus.

No Império Romano nos primeiros séculos de nossa era, período denominado como Patrística, os primeiros pensadores do cristianismo, também chamados Padres da Igreja, a partir de um trabalho de convencimento e conquista espiritual foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas do cristianismo, buscando assim a legitimação junto à cultura clássica greco-romana, decidindo dessa forma os rumos da Igreja. Dentre esses pensadores, realce especial mereceu o bispo de Hipona, Santo Agostinho (354-430).

Pode-se sustentar que o bispo de Hipona, de uma pequena localidade africana, por meio do seu pensamento filosófico/teológico, mudou a história da Igreja e do mundo ocidental – em fins do Império Romano –, pois o seu pensamento cruzou o limiar de seu tempo (não se limitando a ele), na medida em que invadiu a Idade Média, para fruir como mentor espiritual

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: marcos.pirateli@bol.com.br

e artífice da cultura medieval. Dessa forma, concluiu um período (Antigüidade) e iniciou outro (Idade Média). O pensamento filosófico/teológico de Santo Agostinho, no seu bojo e notoriedade, ao compor um corpo doutrinal, alcançou condição paradigmática, que, a rigor, fruiu como razão para esse novo tempo, a era cristã. A maior prova da influência do pensamento de Santo Agostinho no mundo medieval está no fato de após sua morte, o ocidente europeu ter começado a se “agostinizar”, o que lhe garantiu a condição de não ser apenas um pensador a mais na história da Igreja Católica.

Os Padres da Igreja que precederam Santo Agostinho já haviam demonstrado a preocupação de estabelecer uma visão crítica da história a partir da teologia cristã, entre os quais se destacaram: Justino de Roma († cerca de 165), Irineu de Lião († cerca de 202), Clemente de Alexandria († antes de 215), Tertuliano († depois de 220). Contudo, foi o bispo de Hipona o primeiro a elaborar uma concepção teórica da história.

Apoiado nesta razão, nossa preocupação foi de analisar em meio ao seu pensamento aquilo que pudemos identificar como a sua *teologia da história*, ou seja, apresentar a sua concepção teórica da história.

Ao escrever a *A Cidade de Deus (De Civitate Dei)* – crítica resolvida ao politeísmo pagão – Santo Agostinho promoveu uma crítica histórica da humanidade objetivando compreender seu drama, sua filosofia da história não poderia resultar em outra coisa senão numa *teologia da história*, haja vista a preocupação do pensador em aceitar o encontro da fé com a história não somente como espaço vital, mas também como uma questão de sentido<sup>2</sup>. Importa considerar que o contexto que envolvia Santo Agostinho foi ponto de partida para sua reflexão sobre o caminhar humano na história, momento histórico marcado pelas invasões bárbaras que castigavam todo o império romano a partir do saque a Roma, em 410, por Alarico e seus bárbaros visigodos<sup>3</sup>.

Antes de qualquer consideração sobre o que foi a História para Santo Agostinho, é preciso compreender que ela foi o espaço do agir criativo de Deus e, que este espaço é habitado pelo homem. Com efeito, a história assume a forma de um progresso constante, de característica linear e, que

---

<sup>2</sup> SPERA, Salvatore in: FISICHELLA, Rino e LATOURELLE, René (org.), *Dicionário de Teologia Fundamental*, Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994, p. 376.

<sup>3</sup> Por ocasião deste episódio Santo Agostinho escreveu a homilia De excidio urbis Romæ (Sobre a devastação de Roma), o que em certo sentido precedeu a obra *A Cidade de Deus*.

teve seu início com o ato voluntário de Deus ao criar o mundo e entrar no tempo (AGOSTINHO, Santo, *Confissões*, XI, 10, 12). Por conseguinte, a consumação desse processo – denominado como a *plenitude dos tempos* –, foi ratificada na pessoa de Jesus Cristo que, pela sua ação salvífica por meio de sua morte e ressurreição, constituiu-se como o centro da história:

*Nenhum outro plano ajustou-se melhor em proveito do gênero humano do que este, realizado pela mesma sabedoria de Deus: - o Filho unigênito, consubstancial ao Pai e co-eterno dignou-se assumir integralmente o homem. “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1, 14). Demonstrou assim aos homens carnais e incapazes de captar espiritualmente a verdade, e escravos dos sentidos corporais, quão elevado lugar ocupa, na criação, a natureza humana. Com efeito, o Verbo não só apareceu visivelmente – pois isso poderia ter feito tomando algum corpo etéreo, ajustado e proporcionado à nossa vista. Apareceu entre os homens, como verdadeiro homem. Convinha que assumisse a mesma natureza a ser redimida. E para que nenhum sexo julgasse ser preterido pelo Criador, humanizou-se em forma de varão, nascendo de mulher (A Verdadeira Religião, II, 16, 30).*

Essa história chegaria ao seu final com o Juízo, o fim dos tempos, por ocasião da segunda vinda de Jesus Cristo, para julgar vivos e mortos:

*Assim, o que a Igreja universal do verdadeiro Deus confessa e professa, a saber, que do céu Cristo há de vir julgar os vivos e os mortos, a isso damos o nome de último dia do juízo divino, quer dizer, o fim dos tempos. Não se sabe quantos dias durará o referido juízo, mas ninguém que haja lido as Escrituras Sagradas, por maior que haja sido a negligência com que o fez, desconhece ser usança de tais Letras empregar o termo “dia” pelo “tempo”. Por isso, quando dizemos dia do juízo, acrescentamos “último” ou “final”, porque Deus julga também agora e julgou desde o princípio do gênero humano, quando expulsou do paraíso e afastou da árvore da vida nosso primeiros pais, perpetradores de enorme pecado (A Cidade de Deus, XX, 1, 2).*

Dessa forma, a história foi atravessada pela caridade divina na pessoa de Jesus Cristo a fim de restaurar a humanidade decaída pelo pecado. A

rigor, todo esse complexo teórico preocupou-se, sobretudo, em analisar a sociedade mística cristã, cognominada de *cidade celeste*.

A principal característica da história em Santo Agostinho é o seu caráter dualista, ao apresentar o confronto de duas formações humanas, duas sociedades, divididas em *povo de Deus* (cidade celeste) e *ímpios* (cidade terrestre). Assim, o pensador cristão resumiu a história classificando-a e tematizando-a como duas cidades, conforme ficou expresso na *A Cidade de Deus*:

*Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloriosa a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus, testemunha de sua consciência. Aquela ensoberbece-se em sua glória e esta diz a seu Deus: Sois minha glória e quem me exalta a cabeça. Naquela, seus príncipes e as nações avassaladas vêm-se sob o jugo da concupiscência de domínio; nesta, servem em mútua caridade, os governantes, aconselhando, e os súditos, obedecendo. Aquela ama sua própria força em seus potentados; esta diz a seu Deus: A ti hei de amar-te, Senhor, que és minha fortaleza. Por isso, naquela, seus sábios, que vivem segundo o homem, não buscaram senão os bens do corpo, os da alma ou os de ambos e os que chagaram a conhecer Deus não o honraram nem lhe deram graças com a Deus, mas desvaneceram-se em seus pensamentos e obscureceu-se-lhes o néscio coração. Crendo-se sábios, quer dizer, orgulhosos de sua própria sabedoria, a instâncias de sua soberba, tornaram-se néscios e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível, de aves, de quadrúpedes e de serpentes. Porque levaram tais ídolos aos povos, para que os adorassem, indo eles à frente, ou os seguiram e adoraram e serviram a criatura e não o Criador, para sempre bendito. Nesta, pelo contrário, não há sabedoria humana, mas piedade, que funda o culto legítimo ao verdadeiro Deus, à espera de prêmio na sociedade dos santos, de homens e de anjos, com o fim de que Deus seja tudo em todas as coisas (A Cidade de Deus, XIV, 28).*

Essas duas cidades formam um povo, que arrebanha cidadãos de todo o orbe, para que na sede espiritual, fossem transformados em cidadãos de uma sociedade mística cristã. Contudo, na história, ambas as cidades permanecem unidas, mescladas, para no fim dos tempos serem devidamente separadas (GILSON, 1998). No entanto, o bispo de Hipona atenta para seus fins distintos, pois enquanto a cidade terrestre termina com o Juízo, a cidade celeste, por não ter caráter terreno, constitui-se em peregrina na terra (AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, XV, 6; XIII, 1) e se consolidaria no dia do Juízo Final:

*Dividi a humanidade em dois grandes grupos: um, o dos que vivem segundo o homem; o outro, o daqueles que vivem segundo Deus. Misticamente, damos aos dois grupos o nome de cidades, que é o mesmo que dizer sociedades de homens. Uma delas está predestinada a reinar eternamente com Deus; a outra, a sofrer eterno suplício com o diabo. (...) O desenvolvimento dessas duas cidades compreende todo o lapso de tempo, também chamado século, rápida sucessão de nascimentos e de mortes, que forma o curso das duas cidades (A Cidade de Deus, XV, 1, 1).*

Santo Agostinho representou esse caráter dual da história por meio do exemplo de Caim e Abel, que simbolizam os dois grupos da humanidade: “o primeiro filho dos dois primeiros pais do gênero humano foi Caim, pertencente à cidade dos homens, e o segundo, Abel, participante da cidade de Deus” (*A Cidade de Deus*, XV, 1, 2). Dessa forma, o primeiro personifica a sociedade ambiciosa, ao passo que o segundo, a obediente a Deus. O dominador está destinado à condenação, enquanto que o peregrino obterá a salvação:

*As diversas belezas das coisas temporais, filtrando-se por meio das sensações carnis, arrancam o homem decaído da unidade de Deus, introduzindo-o na multiplicidade de afetos efêmeros. Daí se originar essa abundância laboriosa – se assim podemos dizer – essa copiosa indigência, que faz o homem ir atrás de uma coisa e outra, sem se reter em nada. (...) A mesma coisa acontece com muitas pessoas de gosto deturpado que gostam, por vezes, mais do verso do que da arte com que ele foi construído. Confiam mais no ouvido do que na inteligência. Assim, também, não poucas pessoas gostam mais das coisas temporais do que da divina Providência que forma e dirige os tempos. Tem amor ao*

*fugaz e não querem que passe aquilo que amam. (...) A criação e a administração deste universo desagrada só aos impuros e condenados. Contudo, apesar de todas as suas misérias, agrada a muitos dos que foram vencedores na terra e que são agora espectadores seguros no céu. Nada do que é justo desagrada aos justos (A Verdade Religião, III, 21-22).*

É válido considerar o modo pelo qual Étienne Gilson sintetizou esse processo histórico apresentado pelo Doutor da Igreja na *A Cidade de Deus*: *A Cidade de que fala Agostinho é claramente definida desde o início da obra. Deus é seu fundador e seu rei; ela vive neste mundo da fé, ex fide vivens; ela está em peregrinação entre os ímpios, inter impios peregrinatur; o termo de sua peregrinação é o céu, instabilitate sedis æternæ. Trata-se, pois, da história de uma sociedade de origem e de essência sobrenaturais, a Civitas Dei, provisoriamente confundida com essa outra sociedade que não vive da fé, a civitas terrena. Os cidadãos fazem necessariamente parte de ambas as cidades. Não só são membros do Estado, como sua religião lhes impõe o dever de se comportarem nele como cidadãos irretocáveis. A única diferença está em que aquilo que os membros apenas da cidade terrestre fazem, quando fazem, por devoção ao seu país, os cristãos fazem-no por devoção a Deus. Essa diferença de motivos não impede, pois, o acordo de fato na prática das virtudes sociais (GILSON, 1998: p. 196).*

A cidade terrestre tem por característica fundamental o fato de seus cidadãos se voltarem para o gozo das coisas materiais, para as coisas inferiores. Quanto aos cidadãos da cidade celeste, sua finalidade é a comunhão com Deus, vivendo segundo seus preceitos morais, voltados para as coisas superiores, coisas espirituais, ou seja, que é próprio de Deus. Santo Agostinho, novamente lançou mãos da história de Caim e Abel objetivando apresentar a precedência histórica dos cidadãos terrenos, visto atribuir a Caim a construção de uma cidade enquanto que Abel, por não participar desse processo, foi apresentado como peregrino (AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, X, 1, 2), estabelecendo assim uma lógica segundo a qual é necessário, primeiramente, ter sido mau para se tornar bom:

*Quando ambas as cidades empreenderam seu curso evolutivo, por nascimentos e mortes sucessivas, primeiro*

*nasceu o cidadão deste mundo e depois o peregrino do século, pertencente à Cidade de Deus. A este a graça predestinou, a graça escolheu; fê-lo peregrino no solo e cidadão do céu. (...) [Deus] Primeiro, fez o vaso para ignomínia e depois o vaso para honra, porque em cada homem, como fica dito, primeiro é o réprobo, passo indispensável para todos nós e em que é necessário detornos, e depois o probó, a que chagaremos graças ao progresso na virtude e em que, em chegando, permaneceremos. Donde se segue não ser certo que todo homem mau há de ser bom e sim que ninguém há de ser bom, sem antes haver sido mau. E, quanto mais depressa melhore, tanto mais rapidamente mudará de nome e substituirá o primeiro pelo segundo (A Cidade de Deus, XV, 1, 2).*

A cidade celeste deveria possibilitar a felicidade de seus cidadãos, que segundo o pensador cristão era impossível na cidade terrestre. Essa felicidade, procurada pela sabedoria, não poderia ser encontrada somente pela utilização da razão, mas era necessário que se apoiasse na autoridade de Deus. É significativo apontar que na *A Cidade de Deus* Santo Agostinho esteve longe de pregar uma fuga do mundo, mas propôs uma doutrina que procurava educar o modo de vida que o homem deveria seguir, e por extensão a esperança de um novo mundo.

O amor era o maior identificador das duas cidades e dos seus cidadãos, bem como era o condutor das cidades: “dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo próprio, a celestial” (A Cidade de Deus, XV, 28); nesse sentido, prossegue Santo Agostinho: “aquela [cidade terrestre] ama sua própria força em seus potentados; esta [cidade celeste] diz a seu Deus: a ti hei de amar-te, Senhor, que és minha fortaleza”. Para o bispo de Hipona, a essência do homem era o seu amor, do mesmo modo que era a essência da cidade celeste. Era também o amor que levava os homens a serem o povo de Deus – reunidos pelo amor comum a Deus –, constituindo uma sociedade unida pela busca e pelo amor de um mesmo bem (GILSON, 1998).

Mesmo a história sendo estruturada por essa dualidade, Santo Agostinho argumenta a favor da união possível entre os membros das duas cidades. Esta conciliação é até mesmo, em certo sentido, necessária, conforme recorrer a uma comparação tirada de uma pintura em um de seus

sermões:

*“Quantas coisas um pintor pode fazer com o preto: os cabelos, a barba, as sobrancelhas. Da mesma forma, Deus utiliza-se do próprio homem malvado, fazendo-o inserir-se na harmonia universal”* (Sermão CXXV, 5 apud HAMMAN, 1989: p. 305-306).

Dessa forma, a cidade celeste, como todos os outros povos, vive no temporal, na cidade terrestre, pois existem bens temporais necessários à vida. Entretanto, mesmo estando no tempo, vivem pelo amor a Deus e pela busca da beatitude. Assim sendo, não havia uma razão para um desacordo entre ambas as cidades, visto a possibilidade da compatibilidade entre a virtude civil e a virtude cristã. Contudo, o cidadão celeste (peregrino), deveria estar consciente que seu *rei* é a Verdade; sua *lei*, a caridade e, sua *medida*, a eternidade (GILSON, 1998). As duas cidades estavam misturas desde a origem do mundo, e dessa forma, ficarão até o fim dos tempos.

No que diz respeito à relação entre poder terreno e poder do Evangelho, Santo Agostinho, objetivando estabelecer uma conciliação entre ambos, postulava que os cristãos poderiam ocupar significativos cargos na cidade terrestre, mas com a exigência de não esquecerem de voltar seus olhos para a cidade celeste. Quanto em relação ao poder temporal, o “Evangelho nada tem a esperar do príncipe” (HAMMAN, 1989: p. 308), pois cabia à Igreja, por meio de sua autoridade, assumir a função de guardiã desta relação:

*Como se a Cidade de Deus pudesse ter no seio, sem correção e discriminação, pessoas de tão contrários pontos de vista, a exemplo dos filósofos, que se contradiziam uns aos outros na cidade da confusão! Os que na Igreja de Cristo tem opiniões perigosas e más, se, corrigidos, resistem com contumácia, se negam a emendar-se das pestíferas e mortíferas doutrinas e persistem em defendê-las, tornam-se hereges e, uma vez fora da Igreja, olhamo-los como inimigos que a exercitam. Assim, com seu mal são úteis aos verdadeiros católicos, membros de Cristo, usando Deus bem dos maus e cooperando tudo para o bem dos que o ama. Com efeito, os inimigos da Igreja, quer se tenham tornado cegos pelo erro, quer tenham sido rejeitados por causa da malícia, se a perseguem corporalmente, exercitam-lhe a paciência e, se a combatem com doutrinas contrárias, exercitam-lhe a Sabedoria. Mas sempre, para amar os*



*inimigos, os fiéis lhe exercitam a benevolência ou a beneficência, quer com eles procedam por conferências pacíficas, quer por terríveis castigos* (A Cidade de Deus, XVIII, 51, 1).

O que possibilitava essa ação da Igreja estava fundamentada na força auxiliadora da divina Providência (AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, XIII, 51, 1), portanto, “até o fim do mundo, a Igreja continua peregrinando entre as perseguições do mundo e os consolos de Deus” (A Cidade de Deus, XVIII, 51, 2). Para que o poder temporal e o espiritual estejam coordenados para o mesmo fim, era necessário que a cidade celeste se confundisse praticamente com a Igreja:

*A casa do Senhor, a Cidade de Deus, a saber, a Igreja, edifica-se em toda a terra depois do cativo, em que, escravos dos demônios, gemiam os homens libertados pela fé e transformados hoje em pedras vivas do divino edifício. Porque, embora autor de deuses, o homem não era menos escravo da própria obra. Adorando-os, entrava na sociedade, não de estúpidos ídolos, mas de perversos demônios.* (A Cidade de Deus, VIII, 24, 2)<sup>4</sup>.

Desse modo, era preciso que o temporal fosse concebido como envolto no espiritual, Estado e Igreja, podendo a Igreja ter direito sobre o temporal, ensinando-lhe a sabedoria cristã.

Nesse sentido, Santo Agostinho exorta/impõe ao imperador seu dever de labutar pela expansão da Igreja. Com esse lastro, a cidade celeste, peregrina na terra, usava da sua paz relativa, para desfrutar no futuro da paz suprema e definitiva da *cidade de Deus* (reino dos céus). Mas a proposta do pensador cristão ia além, quando tentou legitimar o direito de controle da Igreja sobre os negócios do Império: “ver-se-á produzir, então, este fato novo: a hierarquia da Igreja exercendo a autoridade de Ambrósio em nome dos princípios de Agostinho” (GILSON, 1998: p. 199). Esse “agostinismo” político, em suma, foi:

*A expressão ‘agostinismo político’ pode designar, portanto, três objetos diferentes: o próprio princípio de uma sociedade sobrenatural baseada na Sabedoria cristã, essencialmente distinta do Estado, mas compatível com ele; as*

---

<sup>4</sup> Cf. também em, *A Cidade de Deus*, XIII, 16, p. 110: “(...) A Cidade de Deus, quer dizer, a Igreja (...)”.

*conseqüências práticas tiradas desses princípios pelo próprio Agostinho, sob a influência da queda de Roma; as conseqüências práticas tiradas mais tarde dos mesmos princípios por outros pensadores cristãos m circunstâncias políticas diferentes* (GILSON, 1998: p. 199).

Para Santo Agostinho, a Providência divina, no curso da história, tem desempenhado papel fundamental no governo do gênero humano (AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, I, 36; IX, 13), a fim de restaurar a humanidade decaída pelo pecado. Isto posto, a Providência é o aspecto da realização histórica do projeto de Deus. Entretanto, é mister distinguir entre a criação e o governo do mundo: o primeiro, ato consumado, é proveniente do verdadeiro Deus (criador); o segundo, é característico de sua ação, ou seja, Deus criou o mundo, mas, é enquanto Providência que o administra, como destacou o bispo de Hipona: “Deus criou o mundo, e o administra com Providência” (*A Cidade de Deus*, XVIII, 42, 3). Acrescente-se a isso a ordem do curso dos tempos, que também é papel da Providência: “prouve, assim, à divina Providência impor ao curso dos tempos ordem tal” (Idem, X, 15).

Dessa forma, o homem, ao atender à Providência, percebe e aceita a beleza/ordem do encadeamento dos fatos particulares:

*É a Providência que, de maneira indiferente aos meios e aos tempos, constitui os impérios, distribui os reinos, eleva estes ao poder e às honras e abaixa aqueles na sujeição e na servidão. É ela que traça as leis das gerações e dos nascimentos, que ordena no presente os acontecimentos favoráveis e permite as adversidades. Ela dispõe também as alegrias e as aflições do justo, pune imediatamente certas faltas e retarda a sanção de outras. Ela distribui indistintamente os bens e os males temporais aos justos como aos ímpios, como ele se exprime no livro I, 8, demonstrando porque os maus são cumulados de bens* (FRANGIOTTI, 1986: p. 62).<sup>5</sup>

Santo Agostinho legou ao cristianismo, sobretudo à Idade Média, a idéia de uma sociedade religiosa de essência sobrenatural, que peregrinava na busca de Deus no intuito de um dia desfrutar de seu reino, conduzido pela

---

<sup>5</sup> Esse papel essencial da Providência levou Roque Frangiotti a definir *A Cidade de Deus* como um longo tratado sobre a Providência.

Igreja e, respaldada na fé. Enquanto as propostas pagã apontavam para uma sociedade idealizada por semideuses, a cristã se definia num processo de educar o homem para a construção de uma sociedade de santos. A história da humanidade é a história das relações entre essas duas cidades, ou seja, dessas duas ordens, uma enquanto externa e corporal e “habitada” pelo “homem velho”, os *ímpios*, ao passo que a outra, interior e espiritual é “habitada” pelo “homem novo”, o *povo de Deus*, conforme apontou:

*Duas cidades, uma dos iníquos, a outra dos justos, continuam seu caminho desde o início do gênero humano até o fim do mundo: no presente, estão misturadas segundo o corpo, mas distintas segundo o espírito; no futuro, no dia do juízo, serão separadas também segundo o corpo (De catechizandis rudibus, XX, 31)<sup>6</sup>.*

Em suma, a história é um drama encenado pelo gênero humano, cujo Autor/Criador e iniciador é Deus. Os homens, enquanto guiados pela Providência são peregrinos no mundo, que é o palco de contínuos conflitos entre fé e pecado, que encontraram o seu fim no dia do Juízo.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus* (contra os pagãos). (Pensamento Humano). Parte 1. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus* (contra os pagãos). (Pensamento Humano). Parte 2. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- AGOSTINHO, Santo. *A Verdadeira Religião*. São Paulo, 1992.
- ALTANER, B.; STUIBER, A. *Patrologia* (vida, obras e doutrinas dos Padres da Igreja). São Paulo: Paulinas, 1972.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. *História da Filosofia Cristã* (Desde as origens até Nicolau de Cusa). Petrópolis: Vozes, 1982.
- DANIEL-ROPS [Henri Petiot]. *A Igreja dos tempos bárbaros*. São Paulo:

---

<sup>6</sup> Cf. SPERA, Salvatore, op. cit., p. 376.

Quadrante, 1991.

FISICHELLA, Rino; LATOURELLE, Rene (org.). *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994.

FRANGIOTTI, Roque. *A doutrina tradicional da providência* (implicações políticas). São Paulo: Paulinas, 1986.

GILSON, Étienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, C. Folch (org.). *Antologia dos Santos Padres*. São Paulo: Paulinas, 1989.

HAMMAN, A. *Santo Agostinho e seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 1982.

LAUAND, Luiz Jean (org.). *Cultura e Educação na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORESCHINI, Claudio; NORELLI, Enrico. *História da literatura cristã antiga grega e latina* (II – do Concílio de Nicéia ao início da Idade Média). Tomo II. São Paulo: Loyola, 2000.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia* (Antiguidade e Idade Média). Vol. 1. São Paulo: Paulus, 1990.

### The History's Theory/Theology of Saint Augustin

**Abstract:** In the end of Roman Empire and classified in the peak of the era of the Priest of the Church is Saint Augustin, bishop of Hippo Regius, theologian and philosopher of the Christianity that consolidated himself as a definitive figure in the history of the human thought, because his thought when composing doctrinal body became the basis for the establishment of the Christian era. In the swell of his thought, we can identify a historical critic of the humanity that objectified to understand its dynamics. His history's philosophy could not result in another thing or else in a theology of the history, according to which established the idea of a history based in the relationship of two "city", two orders: the people of God (celestial city) and impious (terrestrial city).

**Key-words:** Saint Augustin; Christianity; Theology of the history; The God's City.